# DENARIUS

O MERCADO MAIS PERTO DE VOCÊ

N. 5 - DEZEMBRO/2021

# DENARIUS

O MERCADO MAIS PERTO DE VOCÊ

DENARIUS é publicação técnica apoiada pela FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras).

Rua Maestro Cardim 1170
São Paulo, SP, 01323-001

Edição 05 de Dezembro/2021

Copyright © 2021
Todos os direitos reservados.

Referências autorizadas desde que citada a fonte.

FIPECAFI
Cultura Contábil, Atuarial e Financeira

# APRESENTAÇÃO

A economia brasileira chega ao último mês de 2021 com a identificação do cenário de recessão técnica, após a divulgação dos dados para o Produto Interno Bruto (PIB) referente ao terceiro trimestre do ano. Agora já são dois trimestres consecutivos com sinais de desaceleração econômica, o que lança dúvidas sobre a efetiva recuperação dos impactos causados pela crise instituída pela Covid-19 no curto prazo.

A inflação ainda permanece como uma preocupação relevante e deverá ser o principal foco da corrida presidencial das eleições de 2022, já iniciada com o lançamento de diversos pré-candidatos. A expectativa do mercado, evidenciada pelo Boletim Focus, coloca o principal indicador de inflação do mercado nacional acima de 10% para 2021 e de 5% para 2022.

Além da corrosão do poder aquisitivo provocado pela alta da inflação, os dados do mercado de trabalho também indicam atenção no que tange a geração de renda na economia brasileira. Isso porque, gradativamente, tem-se observado uma redução da remuneração média recebida pelos profissionais atuantes no mercado de trabalho, apesar das melhorias na taxa de desocupação. Em partes, esse fenômeno pode ser explicado pela maior geração de postos de trabalho no mercado informal, que além de garantir menores remunerações, possuem menos garantias para os trabalhadores.

Por fim, fazendo a recuperação econômica um desafio ainda maior para o curto prazo, o Comitê de Política Monetária (Copom) tem sido obrigado a aumentar significativamente a taxa básica de juros da economia brasileira (Selic), buscando frear os avanços da inflação. Apesar de necessária para o momento, o aumento dos juros reduz os estímulos ao investimento e consumo da economia, na medida em que reduz o acesso ao crédito no mercado financeiro.

## DESTAQUES DA EDIÇÃO

**INFLAÇÃO**
Manutenção de alta nas projeções de inflação de 2021 e 2022, mesmo em meio à política monetária contracionista

**TAXA DE JUROS**
Elevação da meta Selic para 9,25% a.a. em 2021, com expectativa de crescimento para 11% em 2022

**PIB**
Identificação da situação de recessão técnica, após os dados de produção para o terceiro trimestre de 2021

**EMPREGO**
Manutenção da tendência de redução da taxa de desocupação brasileira, com predominância da geração de postos informais

Para ter acesso a outros conteúdos, visite nosso site denarius.info e mantenha-se atualizado com análises e estimativas do mercado econômico-financeiro.

# INCENTIVOS ORGANIZACIONAIS E AÇÕES AMBIENTAIS

Já não se discute atualmente se as organizações precisam ou não considerar as implicações ambientais de seus negócios. Essa discussão está superada na medida em que as organizações que não tiverem essa preocupação tendem a estar fora do jogo em um intervalo de tempo que pode nem ser tão longo. Existem atualmente fundos de investimento que apenas aportam recursos naquelas organizações que possam ser classificadas como ambientalmente responsáveis. É crescente o número de consumidores conscientes ambientalmente que estão dispostos a substituir seus padrões de consumo de produtos mais baratos, embora não responsáveis ambientalmente, para produtos mais caros e que podem ser classificados como ambientalmente sustentáveis.

Conforme refletido na COP26, o que se discute atualmente é o que as organizações vão fazer para responder às pressões de mercado e da sociedade em geral para se adequar a essa nova realidade, que requer das organizações negócios sustentáveis e compromisso com um programa de net zero. As organizações que se negarem a seguir esse caminho, ou que não tiverem os recursos para tanto, correm um risco não desprezível de perderem competitividade e de comprometerem a continuidade dos seus negócios.

Em resposta às pressões e demandas por maior compromisso com o meio-ambiente, muitas organizações começaram a divulgar mais ou menos informações sobre os riscos ambientais de suas ações, assim como, sobre as ações esperadas para mitigar tais riscos. Essas informações são, sem dúvida, importantes para que as organizações comuniquem ao mercado e à sociedade em geral o compromisso com uma gestão sustentável. Entretanto, essas comunicações nem sempre são percebidas como legítimas ou honestas, muitas vezes sendo entendidas apenas como 'cheap talk', ou ainda, como sendo vistas simplesmente como cinismo organizacional. Uma das razões para esse descompasso entre as comunicações externas que as organizações fazem sobre suas iniciativas pró-ambientais e a percepção dos diversos grupos de interesse sobre essas iniciativas é que nem sempre esses discursos são acompanhados de ações efetivas.

Se o intuito das organizações for mover sua posição de um ponto em que são elaborados discursos favoráveis à sustentabilidade e às iniciativas pró-ambientais para um ponto em que esses discursos se configuram em ações efetivas, parece fundamental que as organizações se preocupem também em criar as condições internas necessárias para tanto. Isso significa não apenas planos de ação bem elaborados, mas significa essencialmente a provisão de incentivos capazes de estimular internamente os comportamentos desejados.

O desafio é o fornecimento de incentivos para estimular não apenas o comportamento dos principais executivos das organizações, que cumprem um papel essencial nesse processo de transformação para uma cultura de sustentabilidade e de ações pró-ambientais. É igualmente importante que esses incentivos sejam criados para os níveis intermediários de gestão, os quais são os principais responsáveis em implementar uma parcela significativa das ações planejadas que estão alinhadas ao compromisso da organização com um programa de net zero. Entende-se que, somente assim, as organizações serão capazes de efetivamente estabelecer as normas sociais favoráveis para a realização de ações e a adoção de comportamentos pró-ambientais e, por consequência, serão capazes de moldar a cultura organizacional que valorize uma gestão sustentável.

A criação nas organizações de incentivos destinados a gestores intermediários é importante na medida em que se admita que nem todes temos uma preocupação intrínseca com as implicações ambientais de nossas ações; nem todes temos uma preocupação pró-social associada às escolhas que fazemos; nem todes adotamos voluntariamente e perseguimos intrinsecamente macro valores

de universalismo e benevolência. Uma vez que temos orientações diferentes quantos às nossas crenças e valores, embora as organizações possam elaborar planos de ação bem-intencionados visando iniciativas pró-ambientais, essas iniciativas podem nunca ser implementadas pelos níveis intermediários da gestão devido a ausência de incentivos para tanto.

Uma reflexão final que aqui se coloca é que, ao considerarmos que as organizações precisam prover incentivos para estimular comportamentos pró-ambientais de seus gestores de nível intermediário, torna-se então necessário que as organizações selecionem os mecanismos de incentivo que sejam apropriados para oferecer tais estímulos. Os normativos econômicos irão sugerir que essa seleção indiscutivelmente inclua incentivos na forma de recompensas condicionadas ao alcance de um determinado nível de desempenho ambiental. Exemplos de organizações seguindo esse caminho já são evidentes.

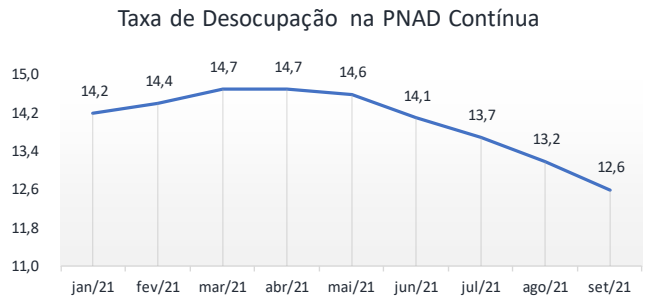
Complementarmente, ou alternativamente, as organizações podem fazer uso de incentivos menos formais para estimular comportamentos pró-ambientais de seus gestores de nível intermediário. As organizações podem, por exemplo, fazer uso de incentivos na forma de suporte institucional, comunicações internas, apoio e comportamento exemplar dos principais executivos em favor de iniciativas pró-ambientais. Entende-se que o fornecimento desses incentivos menos formais pode ser de fundamental importância para a construção de uma sólida cultura organizacional de sustentabilidade e de ações pró-ambientais. A pergunta que fica nessa reflexão é saber quais organizações já estão se movendo do discurso para as ações, quais organizações já estão se movendo dos planos de ação para a implementação bem-sucedida desses planos com o apoio de incentivos fornecidos aos seus executivos e gestores, e ainda, quais incentivos poderão contribuir de maneira efetiva com esse processo, ou seja, quais são as melhores práticas ■

**Por Andson Braga de Aguiar**
Diretor de Cursos na Fipecafi

Foto: rawpixel.com/Freepik

# PANORAMA ECONÔMICO BRASILEIRO

Em continuidade ao verificado nos últimos meses, o mercado de trabalho mostrou uma melhoria na taxa de desocupação, reduzindo de 13,2%, em agosto, para 12,6%, em setembro – última informação disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Mesmo com as melhorias, o país apresenta um contingente de mais de 13 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho. Os últimos dados divulgados pela PNAD Contínua mantêm, ainda, a preocupação sobre a geração de renda da população inserida no mercado de trabalho. Em janeiro de 2021, o rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência da PNAD Contínua, com rendimento de trabalho foi de R$2.651. Na última divulgação da pesquisa, referente a setembro de 2021, esse valor foi de R$2.459. Redução de 7,24%.




Uma das razões para a redução na renda média da população que está no mercado de trabalho é a crescente importância dos postos informais na geração de emprego da economia brasileira. De janeiro a setembro de 2021 foram aproximadamente de 3,8 milhões de postos informais gerados na economia (11,20%), considerando todas as categorias, inclusive trabalho doméstico.

Ainda em relação ao mercado de trabalho, no último mês foram realizados ajustes nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), com correções nos saldos de 2020 e 2021. Os novos dados apontam que a geração de empregos formais na economia brasileira no ano passado foi negativa, na ordem de 191 mil vagas. Isso indica que no primeiro ano da pandemia o Brasil fechou mais postos do que gerou, ao contrário do que havia sido divulgado inicialmente pelo órgão. Já para o ano corrente, os novos dados divulgados pelo Governo Federal mostram que, de janeiro a outubro de 2021, o saldo de admissões supera o de demissões em 2,6 milhões.

Além da renda do trabalhador ter mostrado contração ao longo do ano, a inflação tem sido uma grande vilã para o poder de compra das famílias brasileiras. Dados do IPCA, índice de inflação oficial do país, indicam que de janeiro até outubro o aumento dos preços já alcançou o patamar de 8,24%. Considerando os 12 últimos meses findos em outubro, a inflação ultrapassou os dois dígitos, alcançando o patamar de 10,67%.

Buscando contrapor os avanços da inflação, o Copom, em sua última reunião de 2021, elevou a meta Selic em 1,5 ponto percentual, alcançando o patamar de 9,25%. Este foi o segundo aumento consecutivo de 1,5 ponto percentual realizado pelo órgão este ano. Em janeiro de 2021, em sua primeira reunião, o Copom manteve a taxa básica de juros

**Evolução do Trabalho Informal (em mil pessoas)**

| Categoria | Jan-21 | Feb-21 | Mar-21 | Apr-21 | May-21 | Jun-21 | Jul-21 | Aug-21 | Sep-21 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Setor Privado - Sem Carteira | 9,809 | 9,796 | 9,691 | 9,752 | 9,804 | 10,023 | 10,339 | 10,791 | 11,691 |
| Trabalhador Doméstico - Sem Carteira | 3,599 | 3,598 | 3,591 | 3,603 | 3,683 | 3,796 | 4,017 | 4,150 | 4,052 |
| Setor Público - Sem Carteira | 2,114 | 1,981 | 1,915 | 1,971 | 2,062 | 2,097 | 2,149 | 2,199 | 2,256 |
| Empregador - Sem CNPJ | 667 | 685 | 674 | 673 | 657 | 691 | 720 | 726 | 738 |
| Conta Própria - Sem CNPJ | 17,959 | 17,904 | 17,968 | 18,192 | 18,540 | 19,085 | 19,187 | 19,384 | 19,237 |
| Total | 34,148 | 33,964 | 33,839 | 34,191 | 34,746 | 35,692 | 36,412 | 37,250 | 37,974 |

Fonte: IBGE

da economia brasileira no patamar de 2%. Assim, o aumento percebido ao longo do ano é da ordem de 7,25 pontos percentuais.

Apesar da política monetária contracionista iniciada pelo Copom neste ano, o mercado tem apostado na elevação da inflação. No levantamento realizado pelo Boletim Focus já são 35 semanas consecutivas com aumento nas expectativas para o IPCA, chegando, atualmente, ao nível de 10,18% para 2021. Para 2022, a atual expectativa dos analistas é de que a inflação ultrapasse o patamar de 5%.

Por fim, um dado importante divulgado recentemente pelo IBGE refere-se ao PIB do terceiro trimestre de 2021. Pelo segundo período consecutivo, a economia brasileira apresentou uma redução no ritmo de crescimento, quando comparado com o trimestre imediatamente anterior. Com isso, o país entra, oficialmente, em recessão técnica. Esse fenômeno sinaliza que a economia tem passado por dificuldades, as quais podem se agravar no curto prazo. É um momento, portanto de alerta para o mercado. As razões que levaram a economia brasileira a uma taxa negativa nos dois últimos resultados do PIB re-

da de 0,10% foi, novamente, o setor agropecuário. Neste caso, fatores climáticos adversos impactaram novamente a produtividade de importantes commodities do setor, como café, milho e cana de açúcar. O desempenho do setor foi 8% inferior ao do segundo trimestre de 2021 e 9% abaixo do desempenho verificado para o mesmo período de 2020.

A recessão técnica se torna um pouco mais preocupante na medida em que os demais resultados econômicos do país pintam um cenário desfavorável. As expectativas para a inflação seguem em alta, mesmo com as constantes elevações da taxa básica de juros pelo Copom. A geração de emprego, apesar

| Resultados do PIB (%) | | | |
|---|---|---|---|
| Critério | 1º TRI 21 | 2º TRI 21 | 3º TRI 21 |
| No TRI / TRI imediatamente anterior | 1.20 | - 0.40 | - 0.10 |
| No TRI / mesmo TRI do ano anterior | 1.00 | 12.30 | 4.00 |
| Em 4 TRI / mesmo período do ano anterior | - 0.30 | 1.90 | 3.90 |
| No ano / mesmo período do ano anterior | 1.00 | 6.50 | 5.70 |

Fonte: IBGE

presentam fatores externos à política econômica, contudo. No segundo trimestre de 2021, a queda verificada na evolução do PIB foi na ordem de 0,4% (após correções nos dados inicialmente divulgados pelo IBGE). Na ocasião, o principal vilão foram os setores da agropecuária e indústria. Para o primeiro, a seca que assolou o país gerou a quebra na safra de produtos importantes para economia brasileira. Já para o segundo, a escassez verificada na cadeia de produção de alguns itens reduziu a produção do período, como para o ramo automotivo, por exemplo.

No segundo trimestre, a principal razão pela queda positiva, ainda está muito ancorada no mercado informal.

Apesar de ser apenas um sinal de alerta, a recessão técnica evidenciada com os resultados para o PIB do terceiro trimestre de 2021 precisa ser encarada pelo governo com seriedade, mesmo tendo eventos adversos não controláveis economicamente. A economia brasileira deve contar com um longo caminho para a recuperação dos impactos negativos causados pela Covid-19. A corrida eleitoral de 2022, que já está em andamento, terá a Economia como o principal foco de discussão e debate ■

# CONTEXTO NORTE-AMERICANO

**Por Cruz Daniel Lopez**

O Center for Disease Control confirmou o primeiro caso nos EUA da nova variante do coronavírus, chamada Ômicron, detectada no norte da Califórnia. O médico-chefe da Casa Branca, Dr. Anthony Fauci, disse que o paciente, que estava totalmente vacinado, havia acabado de retornar à área de São Francisco em 22 de novembro, após viajar para a África do Sul, e o teste deu positivo em 29 de novembro.

O Dow Jones subiu mais de 500 pontos no final da manhã de quarta-feira, 1º de dezembro, mas reverteu o resultado com as últimas notícias da pandemia e caiu 900 pontos no fim do dia, com queda de 1,34%, atingindo 34.022. O recuo da tarde é o mais recente movimento de Wall Street, que afundou 2,3% na última sexta-feira de novembro – sua pior perda desde fevereiro – para subir 1,3% na segunda-feira e cair 1,9% na terça-feira seguintes. Os movimentos descontrolados são, em parte, o resultado de investidores que lutam para controlar os danos que a mais nova variante do coronavírus causará à economia.

Em relação à inflação, o presidente do Federal o órgão não possui a certeza de que os aumentos de preços irão desacelerar no segundo semestre do próximo ano, como muitos analistas já esperam. Powell disse ao House Financial Services Committee que a maioria dos economistas considera os picos de preços atuais, que elevaram a inflação ao consumidor à maior alta em três décadas, deve-se em grande parte às interrupções persistentes da pandemia na oferta e na demanda. Como os americanos passaram mais tempo em casa, eles aumentaram os gastos com móveis, eletrodomésticos e laptops. A crescente demanda por esses produtos, combinada com a escassez de peças, resultou em confusões na cadeia de suprimentos e preços mais altos.

Powell repetiu que era apropriado para o Fed considerar o tapering (redução de estímulos) em sua reunião de dezembro, encerrando alguns meses antes do previsto. As ações que caíram drasticamente depois que Powell abriu as portas para um ritmo mais rápido de redução dos incentivos, recuperaram-se na sessão da manhã de quarta-feira. Agora, o Fed está desacelerando suas compras de ativos a um ritmo de US $ 15 bilhões por mês, o que encerrará

Variante Ômicron. Foto: MrDm/Freepik

Para os próximos dias, espera-se que Fed forneça sua nova previsão para as taxas de juros, após a reunião a ser realizada entre os dias de 14 a 15 de dezembro. Em setembro, as autoridades do Fed estavam divididas igualmente sobre se as taxas de juros subiriam no próximo ano. Na Câmara, os republicanos culpam a política fiscal dos democratas pelo forte aumento da inflação em 2021. Os democratas, por sua vez, têm defendido os seus gastos e planejam melhorias necessárias para ajudar os trabalhadores norte-americanos. Eles também apontam que o pacote de redução de impostos elaborado pelo presidente Donald Trump não gerou um déficit neutro, como defendido pelos republicanos.

Recentemente, buscando melhorar a sua popularidade, o presidente Joe Biden aproveitou as reservas estratégicas de petróleo dos Estados Unidos em uma tentativa de tranquilizar os americanos descontentes com a inflação e a escassez de produtos. Enfrentando o crescente descontentamento em todo o país sobre a inflação e especialmente o aumento do preço do combustível nos postos de gasolina, Biden anunciou no final de novembro um plano coordenado para liberar reservas nacionais de petróleo no mercado. Enquanto a economia dos EUA está se recuperando dos danos causados pela Covid-19, os problemas de oferta e a inflação estão causando ansiedade na população do país, que já iniciou a temporada de férias.

Finalmente, um tema que tem ganhado cada vez mais destaque no mercado norte-americano refere-se à regulamentação digital. Na quarta-feira, o presidente e ex-presidente da SEC Gary Gensler e Jay Clayton, respectivamente, discutiram o crescimento vertiginoso de criptomoedas como bitcoin e Ethereum no Digital Asset Compliance & Market Integrity Summit. Foram destacados o exagero sobre o valor de ferramentas de envio de tokens no metaverso, como Sandbox's SAND, Decentraland's MANA e outros, que atingiram recordes históricos em novembro, em meio ao aumento do interesse de comerciantes de criptomoedas e, também, de Wall Street.

O metaverso é um mundo digital que combina elementos de realidade virtual, internet, jogos, arte, cultura e redes sociais. A participação nesses mundos geralmente exige que o usuário use tokens de criptomoeda ou compre objetos no mundo virtual, que normalmente são vendidos como tokens não fungíveis (NFTs). Alguns dos maiores nomes da indústria de criptomoedas terão algo diferente em sua agenda na próxima semana. O CEO da FTX, Sam Bankman-Fried, e a CFO da Coinbase, Alesia Haas, irão se reunir com os legisladores dos EUA no início de dezembro. O Congresso norte-americano busca aumentar sua supervisão regulatória sobre a evolução do metaverso, que tem apresentado um crescimento vertiginoso ■

Presidente dos EUA, Joe Biden. Foto: Andrew Caballero Rynolds/ AFP

# IMPLICAÇÕES PARA O MERCADO

O atual cenário brasileiro de recessão técnica sinaliza pontos importantes para o mercado. A recuperação efetiva da economia deverá ocorrer em um processo mais lento do incialmente imaginado pelo Governo Federal. Com exceção do setor de serviços, que ainda está com uma forte demanda reprimida em função das imposições da pandemia, tem-se observado dificuldades para a retomada do ritmo de crescimento.

A política monetária contracionista iniciada com a forte elevação da taxa de juros tende a deixar o processo de recuperação ainda mais moroso. Isso porque, com juros mais elevados, o mercado tem menos incentivo para a realização de investimentos e/ou consumo, reduzindo o aquecimento econômico. Apesar disso, tem-se observado algumas linhas de fomento e projetos específicos para o financiamento de investimentos, como a implantação da Rede 5G, que poderão contrapor às dificuldades econômicas verificadas.

De toda forma, os efeitos da elevação dos juros já se fazem presentes no mercado de capitais do país. De acordo com o levantamento realizado pela Austin Rating, o principal índice de desempenho da B3, bolsa de valores oficial do Brasil, o país teve o segundo pior desempenho em 2021, quando comparado com instituições de 78 países, ganhando apenas da Venezuela. Apesar de não ser a única justificativa para o desempenho desfavorável par ao Ibovespa, a elevação dos juros torna os investimentos em renda fixa mais atrativos, reduzindo os estímulos para os papeis de renda variável.

O aumento dos juros deverá provocar, ainda, alteração na política de constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa pelas instituições financeiras. Com expectativa de que a Selic alcance o patamar de 11% em 2022, o risco de calote na concessão de crédito deverá aumentar, impactando o resultado de instituições financeiras, principalmente daquelas expostas à financiamentos de maior risco.

A nova variante da Covid-19, Ômicron, descoberta na África do Sul no final de novembro, também tem gerado preocupação para o mercado. No dia do seu anúncio, os principais mercados reagiram negativamente e, no Brasil, o Ibovespa fechou em queda de 3,39%. Apesar da taxa de letalidade da Ômicron, até o momento, parecer insignificante, sua taxa de contaminação é elevada. Vários países voltaram a implementar políticas de distanciamento e controle das fronteiras. No Brasil, várias cidades optaram por cancelar as festividades programadas para o final do ano.

Nos EUA, os dados do mercado de trabalho recentemente divulgados evidenciaram uma criação de postos de trabalho para novembro bem abaixo do que era esperado por especialistas. Com a criação de 210 mil postos de trabalho, a taxa de desemprego nos EUA recuou para o patamar de 4,2% em novembro. A grande preocupação do país, contudo, tem sido os postos de trabalho em aberto. Muitos norte-americanos não retornaram para o mercado de trabalho, com a retomada das atividades. O medo de contaminação e a aposentadoria antecipada tem sido as principais justificativas para o fenômeno. Como consequência, o país tem passado por um período de forte aumento dos salários, em função da reduzida oferta de mão de obra. Isso tem levado a um aumento gradativo da inflação no país, que também tem sido fomentada pela escassez na oferta de produtos importantes para a cadeia de suprimentos mundial.

O recente anúncio do Federal Reserve, Banco Central dos EUA, do início do tapering (retirada de estímulos econômicos) visa contrapor a elevação dos preços no mercado norte-americano. Essa ação, contudo, gera impactos para todos os países. Isso porque, com a retirada de estímulos do governo norte-americano, a taxa de juros do país deverá aumentar, atraindo investidores internacionais que atualmente estão alocando seus recursos em países que proporcionam maior retorno, mas que possuem maior risco (como os emergentes, por exemplo).

Essa mudança no cenário norte-americano

Essa mudança no cenário norte-americano poderá gerar alterações para o Brasil, provocando uma depreciação cambial e, possivelmente, mais inflação. Contudo, diferentemente do que aconteceu há oito anos, quando o tapering realizado pelo Fed provocou um verdadeiro desastre no Brasil (e em outros emergentes), com desvalorização cambial de 20% no real, a economia brasileira parece estar um pouco menos vulnerável do que em 2013. O câmbio já está extremamente depreciado, sem muita margem para uma desvalorização elevada. Além disso, as contas externas estão mais equilibradas, o que torna o país um investimento menos arriscado para o mercado internacional ■

Presidente do Federal Reserve (FED), Jerome Powell. Foto: Carlos Barria

# RESULTADOS DO VAREJO ELETRÔNICO DA BLACK FRIDAY 2021 APONTAM CRESCIMENTO DE FATURAMENTO, MAS COM REGRESSÃO DO NÚMERO DE TRANSAÇÕES

Por Fernando Trambacos
Coordenador dos cursos de Inteligência de Mercado no Varejo e Planejamento e Gestão Financeira no Varejo da Faculdade FIPECAFI

Já há alguns anos a Black Friday se consolidou como um dos eventos mais tradicionais do varejo brasileiro, sendo muito aguardada pelos consumidores, ávidos por aproveitar as fortes ações promocionais que marcam a data. Após um ano de 2020 com bons resultados, seguido por um 2021 de grande volatilidade, ainda não se tem uma apuração detalhada dos resultados da Black Friday 2021. Começam a sair, porém, os primeiros números relacionados ao desempenho do varejo eletrônico do evento desse ano.

De acordo com dados de levantamento realizado pela consultoria Neotrust, a BlackFriday 2021 teve faturamento total de R$ 5,4 bilhões de reais no varejo eletrônico, o que representa um crescimento de 5,8% na comparação com 2020. O número de pedidos, por outro lado, teve regressão de 0,5% frente ao ano passado, atingindo um patamar de 7,6 milhões de pedidos. O aumento de faturamento se explica, portanto, por um aumento de tíquete médio frente a 2020, na ordem de 6,4%, apurado em R$ 711,38.

É interessante notar como os resultados descritos acima refletem bem o momento ambíguo pelo qual o país tem passado: uma retomada do consumo por conta da demanda reprimida reativada com a flexibilização das medidas de restrição de circulação relacionadas à COVID-19, a qual é negativamente afetada pela escalada recente da inflação, refletida na redução do número de transações, as quais são realizadas a um tíquete médio mais alto.

Vale destacar que esse efeito já era antecipado pela piora do Índice de Confiança do Consumidor, publicado dias antes da Black Friday. Na apuração de novembro de 2021, o índice calculado pela FGV

recuou 1,4 pontos frente ao mês de outubro, regredindo ao pior patamar desde abril de 2021 (74,9 pontos). Tal piora na confiança é atribuída à redução do poder de consumo e a um aumento do endividamento das famílias, principalmente as de mais baixa renda.

Esse cenário reforça, portanto, a grande incerteza em relação ao desempenho das vendas de fim de ano, as quais são tradicionalmente impactadas pela antecipação das compras de itens eletrônicos e de maior valor agregado realizadas na Black Friday. Com o aumento das taxas de juros e a manutenção de um patamar alto de inflação e desemprego, o otimismo tem sido moderado ■

# A RECUPERAÇÃO JUDICIAL COMO SOLUÇÃO PARA A CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Por Alcides Wilhelm

Num mundo onde a volatilidade dos mercados é cada dia mais constante e imprevisível, ter um instrumento que auxilie as empresas a superarem suas dificuldades é imprescindível. Desde 2005, com a edição da Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperação de Empresas e Falências), o Brasil passou a figurar entre as principais economias que possuem legislação moderna em matéria de insolvência.

A legislação anterior, Decreto-lei 7.661/1945 (Lei de Falências), vigorou por longos 60 anos sem profundas alterações, tendo sido concebida para solucionar os problemas que afetavam as empresas em um momento econômico pós Segunda Guerra Mundial, não cumprindo mais com a sua finalidade.

A economia brasileira, nesse período, passou por profundas transformações, alinhando-se com a evolução econômico-social ocorrida nos principais países. É nesse contexto, onde o dinamismo da atividade empresária e as crises vivenciadas pelas economias globais, cujos reflexos são sentidos nos quatro cantos do mundo, que uma nova realidade se forma, exigindo respostas rápidas e adequadas para solucionar as crises pelas quais as empresas podem passar.

É para este cenário que a Lei de Recuperação de Empresas foi instituída, tendo por objetivo, conforme disposto em seu art. 47, *"viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica"*.

Diferente da legislação anterior, cujo foco principal era a extinção da atividade empresária, ou seja, a sua liquidação, conforme pode ser observado pela denominação da norma, Lei de Falências, a lei atual trouxe modernidade e dinamismo para a reestruturação dos negócios. A possibilidade de reestruturar a atividade utilizando-se dos mais variados meios, é fator primordial, permitindo que cada caso seja tratado segundo as suas particularidades.

Dentre os meios as serem utilizados para o soerguimento da sociedade empresária, a Lei 11.101/2005, em seu art. 50, trouxe um rol exemplificativo das medidas que podem ser adotadas, dentre elas, destacamos: a) concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas; b) cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral; c) alteração do controle societário; d) trespasse ou arrendamento de estabelecimento; e) venda parcial dos bens; f) equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza; g) administração compartilhada; h) emissão de valores mobiliários; i) constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os ativos do devedor; j) conversão de dívida em capital social; k) venda integral da devedora; l) redução salarial; entre outros.

Os meios atuais de reestruturação à disposição são muito diversificados, possibilitando que a empresa em dificuldades possa lançar mão de inúmeras estratégias para viabilizar sua recuperação. Não há mais limites, dependendo apenas da capacidade técnica dos diretamente envolvidos na elaboração do plano de recuperação judicial. É um momento de recriação do negócio, sendo admitida a utilização de todos os meios não defeso em lei.

Dos planos apresentados pelas recuperandas, segundo pesquisa realizada em 2018 pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em conjunto com a Associação Brasileira de Jurimetria, é possível verificar alguns pontos em comum, dentre eles: i) prazo de carência para início dos pagamentos aos credores; ii) aplicação de deságios; iii) alongamento do perfil da dívida; e, iv) taxas de juros civilizadas.

[1]

Pesquisa realizada em todas as Comarcas do Estado de São Paulo em 2018. Disponível em: www.abj.org.br

Em síntese, a pesquisa apresentou os seguintes índices em relação aos credores com garantia real: prazo médio para pagamento de 9 anos; deságio médio de 37,2%; taxa de juros de 3,4% ao ano. Para os credores quirografários: prazo médio também de 9 anos; deságio médio de 59,3%; taxa de juros de 2,9% ao ano. Quanto aos credores trabalhistas: prazo para pagamento de 1 ano (prazo legal); deságio médio de 3,1%; taxa de juros de 0,6% ao ano.

Da análise dos dados acima, conclui-se que a recuperação judicial pode ser um excelente caminho a ser utilizado pelas companhias em crise, pois traz condições de negociação diferenciadas, as quais dificilmente seriam obtidas por meio de uma solução de mercado. Somando-se isso com as demais medidas adotadas de reestruturação do negócio que foram apresentadas no plano de recuperação judicial, a probabilidade de êxito de um projeto de recuperação judicial é extremamente alto.

O que se observa, em regra, quando do insucesso de uma recuperação judicial, é a utilização do instituto de forma inadequada, pensando-se apenas nas questões financeiras (carência, deságio, prazo, juros), não realizando o dever de casa, que é a reestruturação das atividades operacionais da empresa. Além desse ponto, ainda há uma outra questão que agrava os projetos, trata-se do timing, ou seja, do momento ideal para ingressar com o pedido de recuperação judicial.

Invariavelmente os responsáveis pela gestão do negócio somente buscam o benefício legal quando a situação está insustentável, não havendo mais, recursos em caixa, nível de estoques adequados à operação, títulos a receber disponíveis para negociação, crédito junto aos fornecedores e as instituições financeiras etc., enfim, deixando em xeque o princípio da continuidade da entidade.

Porém, a Lei de Recuperação de Empresas brasileira, juntamente com as alterações trazidas pela Lei 14.112/2020, que modernizaram ainda mais o instituto recuperacional, possibilita, sem sombra de dúvidas, o soerguimento das empresas em crise, pois traz em seu texto regras modernas e alinhadas com as normas de insolvência das principais economias mundiais, bem como com a lei modelo sugerida pela United Nations Commission On International Trade Law (UNCITRAL). Em suma, temos à disposição uma norma de insolvência de primeiro mundo ■

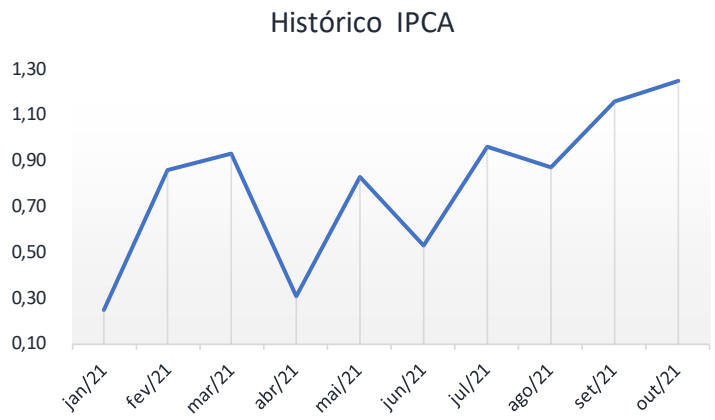
**Alcides Wilhelm**

*Advogado e Contador. Formado em Direito e em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Especialista em Gerência Contábil e Auditoria pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Especialista em Finanças Empresariais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET). Mestre em Direito Empresarial e Cidadania pela Faculdade de Direito de Curitiba (UNICURITIBA).*

# TERMÔMETROS DO MERCADO

FIPECAFI
Cultura Contábil, Atuarial e Financeira
n. 5 - Dez/2021

## ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA)

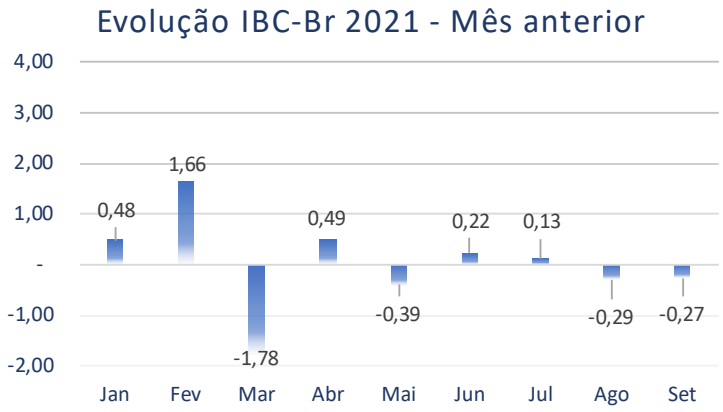



| Resultado IPCA (em %) | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| IPCA | Jan-21 | Feb-21 | Mar-21 | Apr-21 | May-21 | Jun-21 | Jul-21 | Aug-21 | Sep-21 | Oct-21 |
| No Mês | 0.25 | 0.86 | 0.93 | 0.31 | 0.83 | 0.53 | 0.96 | 0.87 | 1.16 | 1.25 |
| No Ano | 0.25 | 1.11 | 2.05 | 2.37 | 3.22 | 3.77 | 4.76 | 5.67 | 6.90 | 8.24 |
| 12 Meses | 4.56 | 5.20 | 6.10 | 6.76 | 8.06 | 8.35 | 8.99 | 9.68 | 10.25 | 10.67 |

Fonte: IBGE

Indicador oficial de inflação do país, o IPCA mostra uma tendência de ascensão em 2021, apesar da política monetária contracionista realizada atualmente pelo Banco Central. Entre os principais vilões está a desvalorização cambial, com consequências diretas para produtos como alimentos e combustíveis. No acumulado do ano, o IPCA atingiu 8,24% em outubro e 10,67% nos últimos 12 meses.

## ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO BANCO CENTRAL (IBC - BR)




| Mês | 2020 | 2021 | % Mês Anterior (2021) | % Ano Anterior |
|---|---|---|---|---|
| Jan | 138.37 | 138.93 | 0.48 | 0.40 |
| Fev | 139.5 | 141.23 | 1.66 | 1.24 |
| Mar | 132.92 | 138.72 | - 1.78 | 4.36 |
| Abr | 119.8 | 139.4 | 0.49 | 16.36 |
| Mai | 121.95 | 138.85 | - 0.39 | 13.86 |
| Jun | 127.97 | 139.16 | 0.22 | 8.74 |
| Jul | 131.36 | 139.34 | 0.13 | 6.07 |
| Ago | 133.64 | 138.93 | - 0.29 | 3.96 |
| Set | 135.93 | 138.56 | - 0.27 | 1.93 |

O IBC-Br, divulgado pelo Banco Central (BC), é considerado uma prévia do PIB brasileiro. Os últimos dados divulgados pelo BC em novembro referentes ao mês de setembro - considerando as correções realizadas pelo órgão, indicam uma desaceleração da economia brasileira. Em setembro de 2021, o indicador apresentou uma retração de 0,27% em comparação com o mês anterior. A série sem ajuste sazonal indica um crescimento de 4,22% em 12 meses e de 5,88% até setembro de 2021.

## CÂMBIO

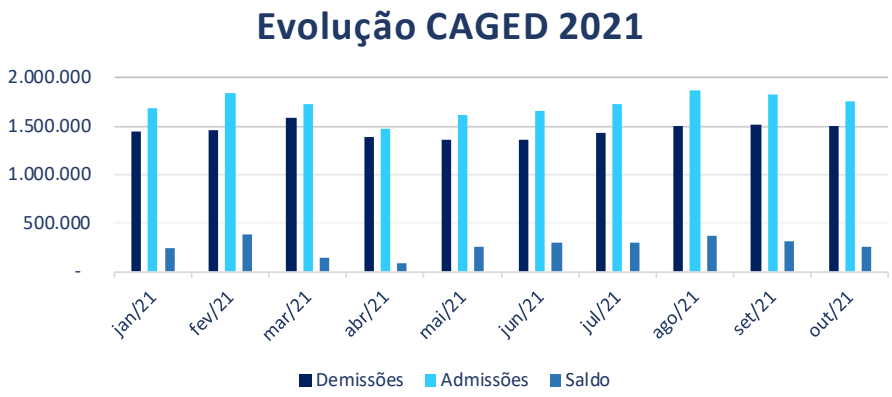
O real segue depreciado frente às principais moedas (dólar e euro) em 2021, apesar da política monetária contracionista implementada pelo Banco Central do Brasil nos últimos anos. Entre as principais justificativas para o descolamento do câmbio e a política monetária estão as incertezas associadas com os gastos públicos do governo federal, assim como os riscos atrelados à corrida eleitoral já iniciada em 2021.

## GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL (CAGED)

**Evolução CAGED 2021**

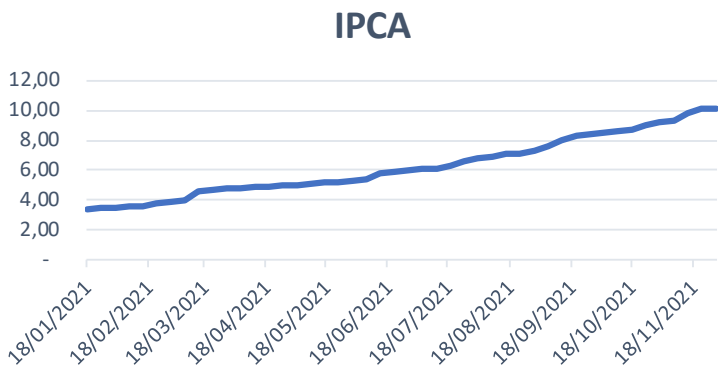
| Período | Demissões | Admissões | Saldo |
|---|---|---|---|
| jan/21 | 1.445.860 | 1.688.070 | 242.210 |
| fev/21 | 1.454.194 | 1.839.499 | 385.305 |
| mar/21 | 1.589.034 | 1.735.005 | 145.971 |
| abr/21 | 1.396.889 | 1.479.077 | 82.188 |
| mai/21 | 1.365.228 | 1.622.928 | 257.700 |
| jun/21 | 1.358.918 | 1.663.129 | 304.211 |
| jul/21 | 1.432.229 | 1.725.407 | 293.178 |
| ago/21 | 1.496.522 | 1.866.584 | 370.062 |
| set/21 | 1.516.991 | 1.829.057 | 312.066 |
| out/21 | 1.507.656 | 1.760.739 | 253.083 |
| **Total** | **14.563.521** | **17.209.495** | **2.645.974** |

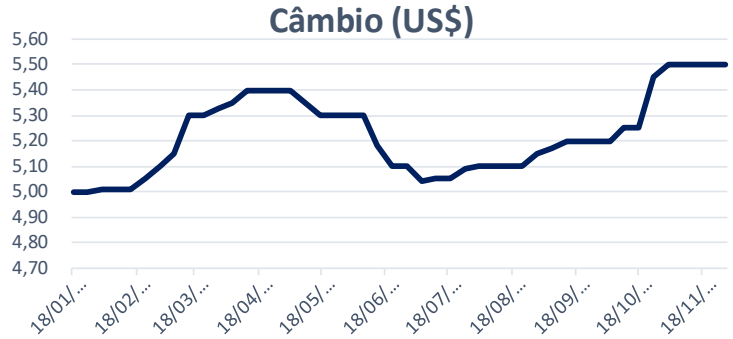
Fonte: MET

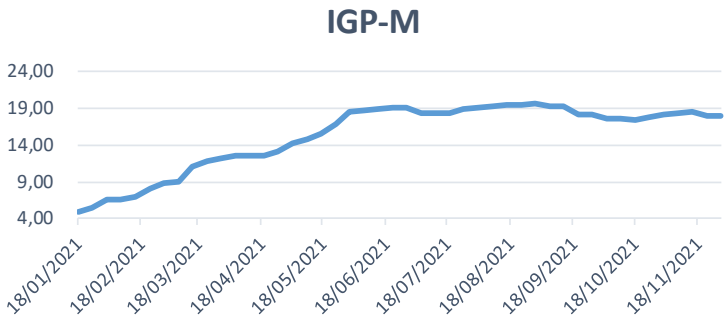


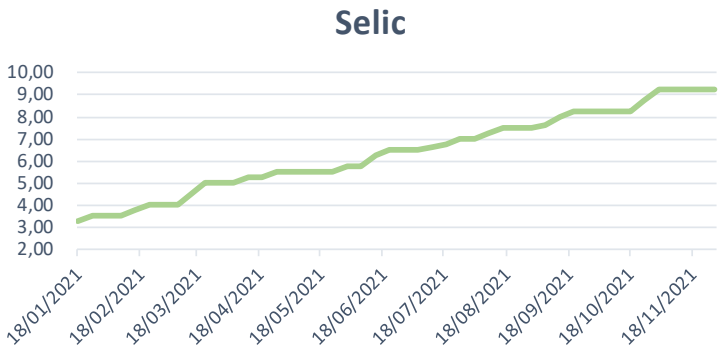

A economia brasileira gerou, até setembro de 2021, 2,5 milhões de novas vagas no mercado formal. Para todo os meses de 2021, os dados do CAGED indicam admissões acima das demissões.

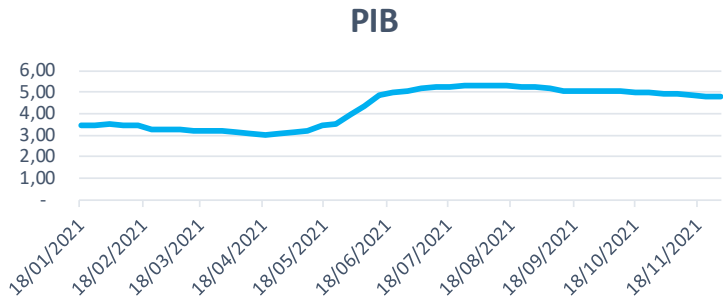
## EVOLUÇÃO DAS EXPECTATIVAS DO MERCADO (FOCUS)




As expectativas do mercado apresentadas no Relatório Focus, do Banco Central, indicam elevação da inflação, assim como da taxa básica de juros, a Selic, que na visão do mercado deverá fechar o 2021 acima de 9%. Para o câmbio, em especial, as últimas estimativas do mercado preveem o dólar no patamar de R$5,50. Para o PIB, a atual expectativa do FOCUS indica um crescimento de 4,78% para a economia brasileira, comparativamente a 2020, que foi fortemente impactado pela pandemia da Covid-19. Já são 8 semanas com reduções consecutivas na expectativa de crescimento econômico brasileiro. Para o IPCA, são 34 semanas consecutivas de elevação.

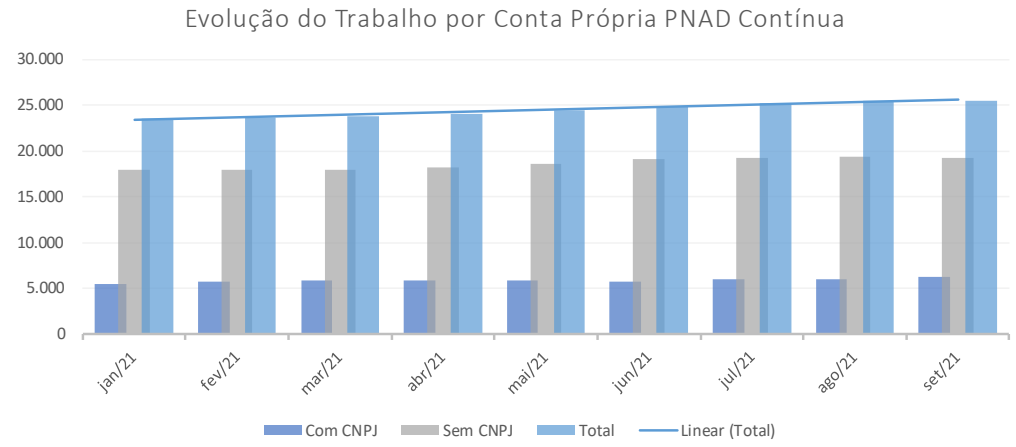
## PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

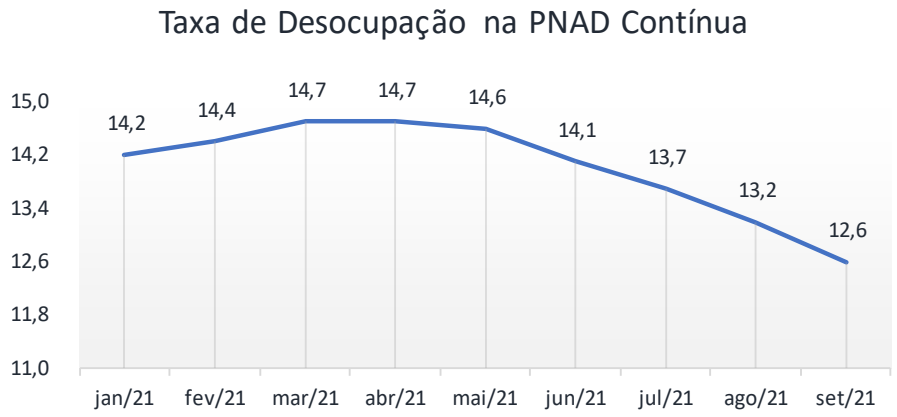
| Resultados do PIB (%) | | | |
|---|---|---|---|
| Critério | 1º TRI 21 | 2º TRI 21 | 3º TRI 21 |
| No TRI / TRI imediatamente anterior | 1,20 | - 0,40 | - 0,10 |
| No TRI / mesmo TRI do ano anterior | 1,00 | 12,30 | 4,00 |
| Em 4 TRI / mesmo período do ano anterior | - 0,30 | 1,90 | 3,90 |
| No ano / mesmo período do ano anterior | 1,00 | 6,50 | 5,70 |

Fonte: IBGE

No terceiro trimestre de 2021, o Brasil entrou oficialmente em recessão técnica, o que ocorre quando a evolução do PIB apresenta dois resultados negativos consecutivos. Entre as principais justificativas para o fenômeno está o impacto da seca para o setor agropecuário.

## EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO (PNAD CONTÍNUA)



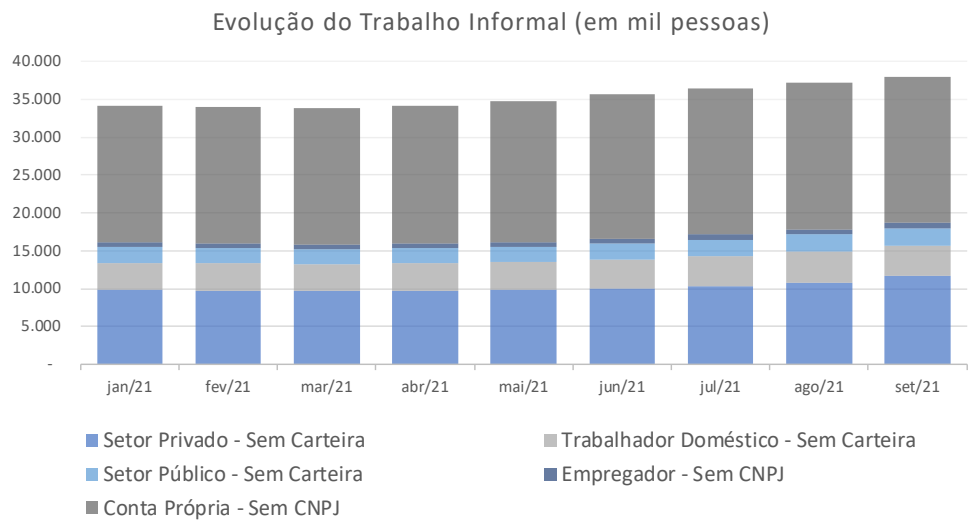

| Categoria de Trabalho por Conta Própria (em mil pessoas) | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Tipo | jan/21 | fev/21 | mar/21 | abr/21 | mai/21 | jun/21 | jul/21 | ago/21 | set/21 |
| Com CNPJ | 5.544 | 5.749 | 5.869 | 5.847 | 5.832 | 5.754 | 5.985 | 6.025 | 6.224 |
| Sem CNPJ | 17.959 | 17.904 | 17.968 | 18.192 | 18.540 | 19.085 | 19.187 | 19.384 | 19.237 |
| **Total** | **23.503** | **23.653** | **23.837** | **24.040** | **24.373** | **24.839** | **25.172** | **25.409** | **25.409** |

Fonte: IBGE

| Desocupação na Economia Brasileira | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Tipo | jan/21 | fev/21 | mar/21 | abr/21 | mai/21 | jun/21 | jul/21 | ago/21 | set/21 |
| % | 14,2 | 14,4 | 14,7 | 14,7 | 14,6 | 14,1 | 13,7 | 13,2 | 12,6 |
| Nº Absoluto | 14.272 | 14.423 | 14.805 | 14.761 | 14.795 | 14.444 | 14.085 | 13.656 | 13.453 |

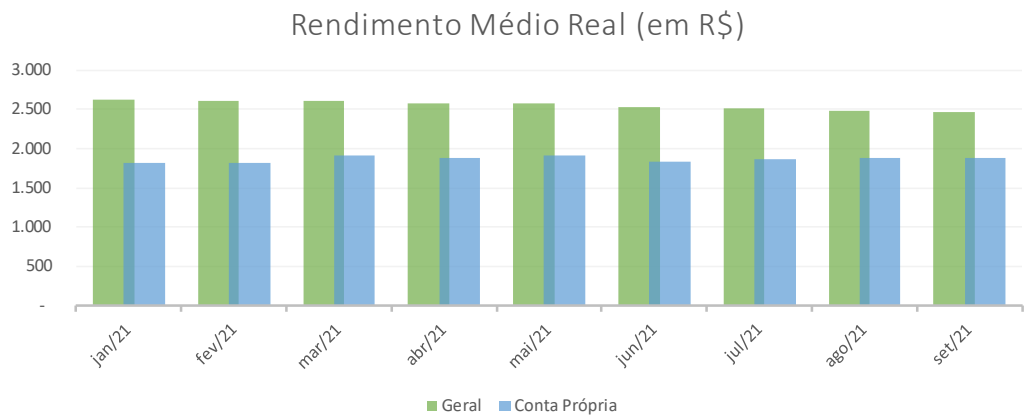
Fonte: IBGE

# EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO (PNAD CONTÍNUA)




| Rendimento Médio Real (em R$) | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Tipo | jan/21 | fev/21 | mar/21 | abr/21 | mai/21 | jun/21 | jul/21 | ago/21 | set/21 |
| Geral | 2.629 | 2.607 | 2.614 | 2.583 | 2.581 | 2.535 | 2.508 | 2.489 | 2.459 |
| Conta Própria | 1.812 | 1.820 | 1.905 | 1.883 | 1.908 | 1.828 | 1.870 | 1.878 | 1.879 |

Fonte: IBGE




| Evolução do Trabalho Informal (em mil pessoas) | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Categoria | jan/21 | fev/21 | mar/21 | abr/21 | mai/21 | jun/21 | jul/21 | ago/21 | set/21 |
| Setor Privado - Sem Carteira | 9.809 | 9.796 | 9.691 | 9.752 | 9.804 | 10.023 | 10.339 | 10.791 | 11.691 |
| Trabalhador Doméstico - Sem Carteira | 3.599 | 3.598 | 3.591 | 3.603 | 3.683 | 3.796 | 4.017 | 4.150 | 4.052 |
| Setor Público - Sem Carteira | 2.114 | 1.981 | 1.915 | 1.971 | 2.062 | 2.097 | 2.149 | 2.199 | 2.256 |
| Empregador - Sem CNPJ | 667 | 685 | 674 | 673 | 657 | 691 | 720 | 726 | 738 |
| Conta Própria - Sem CNPJ | 17.959 | 17.904 | 17.968 | 18.192 | 18.540 | 19.085 | 19.187 | 19.384 | 19.237 |
| Total | 34.148 | 33.964 | 33.839 | 34.191 | 34.746 | 35.692 | 36.412 | 37.250 | 37.974 |

Fonte: IBGE

A evolução dos dados da PNAD Contínua indica uma redução gradativa da taxa de desocupação da economia brasileira. Em agosto, pela primeira vez no ano, o mercado brasileiro apresentou menos de 14 milhões de desocupados. Na desagregação dos dados é possível notar, contudo, que essa recuperação está associada com o crescimento do trabalho informal. Neste grupo, destacam-se os trabalhadores por conta própria. No último relatório da PNAD Contínua, referente ao mês de setembro, são quase 38 milhões de trabalhadores na informalidade - incluindo a categoria de trabalho doméstico. Desse total, os trabalhadores por conta própria sem CNPJ somam mais de 19 milhões.

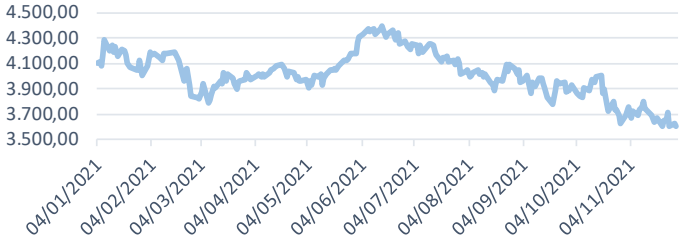
## DESEMPENHO DO MERCADO DE CAPITAIS

### Nasdaq Composite

### Dow Jones Futuros

### Shanghai Composite

### Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE Brasil




### Ibovespa

### FTSE - London

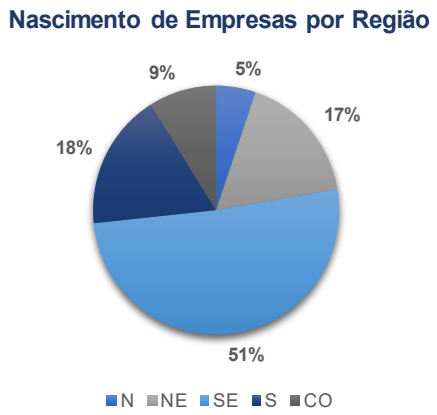
Os principais indicadores dos mercados de capitais internacionais mostram uma recuperação em 2021 do ânimo dos investidores, principalmente em função dos avanços do da vacinação nas principais economias mundiais. No Brasil, em específico, desde o mês de junho a tendência tem sido de redução no desempenho do Ibovespa. A mesma situação é verificada para as empresas que compõe o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). As principais justificativas para esse fenômeno no país é o crescimento da taxa de juros no mercado brasileiro - a Selic, assim como as incertezas políticas nacionais. Em outubro, em específico, a sinalização de não cumprimento do teto dos gastos pelo ministro da economia, Paulo Guedes, provocou uma queda de mais de 6% no Ibovespa no mês.

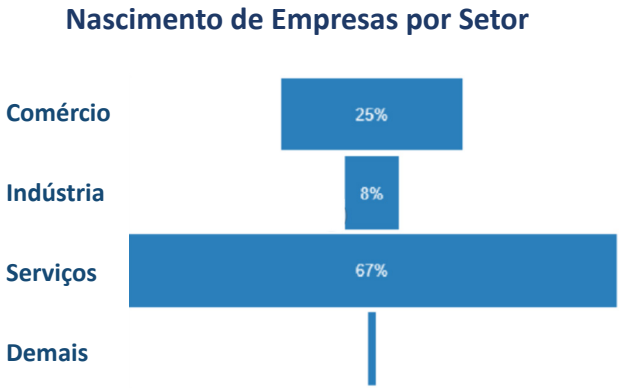
# NASCIMENTO DE EMPRESAS

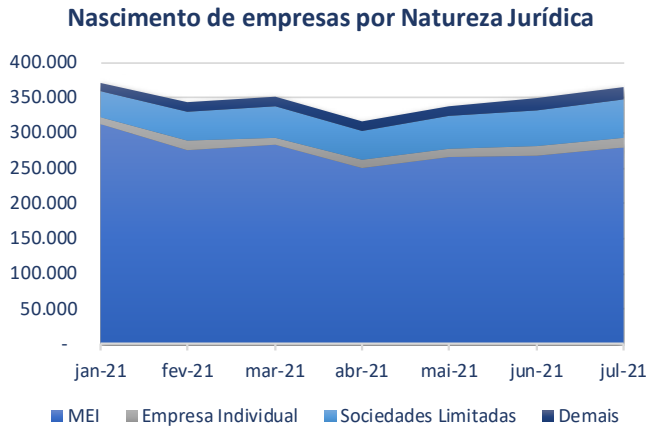
## NASCIMENTO DE EMPRESAS

| Mês | Região | | | | | Setor | | | | Natureza Jurídica | | | | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | N | NE | SE | S | CO | Comércio | Indústria | Serviços | Demais | MEI | Empresa | Sociedades | Demais | |
| jan-21 | 18.081 | 65.900 | 188.347 | 65.198 | 33.055 | 91.037 | 29.461 | 246.859 | 3.224 | 312.462 | 10.577 | 35.418 | 12.124 | 370.581 |
| fev-21 | 16.124 | 57.268 | 179.255 | 60.364 | 30.800 | 81.374 | 26.622 | 231.839 | 3.976 | 276.201 | 12.505 | 41.408 | 13.697 | 343.811 |
| mar-21 | 19.739 | 58.069 | 178.357 | 63.781 | 31.768 | 81.890 | 26.419 | 240.166 | 3.239 | 282.221 | 10.383 | 45.145 | 13.965 | 351.714 |
| abr-21 | 17.198 | 52.395 | 160.249 | 58.947 | 27.910 | 77.123 | 23.847 | 212.210 | 3.519 | 249.648 | 11.217 | 42.161 | 13.673 | 316.699 |
| mai-21 | 18.665 | 56.738 | 172.325 | 59.400 | 30.622 | 84.818 | 25.509 | 224.034 | 3.389 | 265.922 | 12.032 | 45.644 | 14.152 | 337.750 |
| jun-21 | 18.454 | 58.029 | 180.908 | 61.831 | 31.040 | 88.503 | 26.086 | 230.537 | 5.136 | 267.713 | 12.870 | 51.896 | 17.783 | 350.262 |
| jul-21 | 19.107 | 64.866 | 185.505 | 64.208 | 32.102 | 93.537 | 27.358 | 240.144 | 4.749 | 279.925 | 13.294 | 54.861 | 17.708 | 365.788 |
| ago-21 | 19.593 | 67.999 | 194.175 | 68.226 | 33.103 | 96.781 | 28.947 | 252.349 | 5.019 | 295.500 | 13.100 | 56.529 | 17.967 | 383.096 |
| Total | 146.961 | 481.264 | 1.439.121 | 501.955 | 250.400 | 695.063 | 214.249 | 1.878.138 | 32.251 | 2.229.592 | 95.978 | 373.062 | 121.069 | 2.819.701 |
| % | 5% | 17% | 51% | 18% | 9% | 25% | 8% | 67% | 1% | 79% | 3% | 13% | 4% | 100% |

Fonte: Serasa Experian




Em 2021, já são mais de 2 milhões de CPNJ criados. O Sudeste conta com a maior parte desse contingente (51%). Também é possível notar que a grande parte dessas novas empresas é do setor de serviços (67%). Em relação à natureza jurídica desses empreendimentos, 79% é representado por MEI. Esses resultados, quando analisados em conjunto com os dados sobre o mercado de trabalho, refletem a tendência verificada para a economia brasileira: crescimento do trabalho por conta própria e, principalmente, impulsionado pela prestações de serviços.

# AGENDA DE DIVULGAÇÕES

## MACROECONÔMICAS

08/dez - Pesquisa Mensal do Comércio (PMC)

08/dez - Reunião Comitê de Política Monetária (Copom-Selic)

09/dez - Pesquisa Industrial Mensal Regional (PIM - Regional)

10/dez - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

10/dez - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

13/dez - Boletim Focus BCB

14/dez - Pesquisa Mensal de Serviços (PMS)

15/dez - Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC - Br)

20/dez - Boletim Focus BCB

23/dez - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15)

27/dez - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)

28/dez - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)

# FICHA TÉCNICA


HEAD EDITORIAL
Edgard Cornacchione

HEAD DE PESQUISA
Fernando Dal-Ri Murcia

ECONOMISTA-CHEFE
Samuel de Oliveira Durso

RELAÇÃO COM O MERCADO
Gabriel Emir Moreira e Silva

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Fernanda Araujo S. Zambianco

CORRESPONDENTE EUA
Cruz Daniel Lopez

SÉRIES E DADOS
Marcelo Souza

ESTAGIÁRIO DE JORNALISMO
Victor Boscato

ESTAGIÁRIA DE DESIGN
Bruna Coelho Cruz

denarius.info

denarius@fipecafi.org

@BoletimDenarius

@BoletimDenarius



Este Boletim foi elaborado pelo corpo técnico do Denarius, a partir de estudos internos e com informações de mercado divulgadas por órgãos oficiais. O material é direcionado aos profissionais da área financeira que estejam interessados em compreender, de forma precisa e objetiva, a influência da Economia e do mercado no dia a dia de sua atuação. A FIPECAFI é uma instituição apoiadora do projeto, mas não possui responsabilidade técnica sobre as análises e informações aqui divulgadas.